

cípios da teoria das localidades centrais, este estudo partiu da hipótese de que para cada tipo de curso deve haver uma dimensão de mercado que justifica sua implantação, como também outra dimensão que explica o aparecimento daquele mesmo curso em outros centros. Admite ainda que os cursos em sua localização espacial tendem a se agrupar de modo taxinômico, sendo possível definir tipos de centros com os mesmos tipos de curso;

O Sistema Universitário Brasileiro, um Estudo de Análise Fatorial — Teve por finalidade a definição das cidades que na estrutura atual do ensino superior no País atuam como “pólos educacionais”;

Processo de Difusão das Escolas Superiores no País — O principal objetivo deste estudo foi obter uma visão de como vem se processando a difusão do ensino superior identificando quais os ramos de ensino em que se faz sentir de forma mais acentuada uma interiorização dos estabelecimentos e as áreas de maior ou menor concentração de escolas de nível superior;

Padrões Educacionais das Regiões Brasileiras — Para verificação das correlações entre o nível educacional e os diferentes setores da atividade econômica e o grau de urbanização das Grandes Regiões Brasileiras.

Todos estes estudos foram realizados com base em estatísticas educacionais a nível de grandes regiões, estados e cidades.

Subsídios à Organização Espacial do Sistema Universitário

Em agosto de 1973 foram completados os estudos relativos à terceira etapa dos trabalhos do Convênio IBGE-CFE. Tais estudos, designados pelo título geral de “Subsídios à Organização Espacial do Sistema Universitário”, compreenderam cerca de 120 páginas referentes ao relatório geral de sínteses complementado por 8 anexos, com o total de 171 páginas, 39 tabelas e 78 ilustrações, versando sobre:

1 — a função universitária dos centros urbanos;

2 — a distribuição dos cursos de graduação segundo entidades mantenedoras;

3 — área de influência dos centros universitários e local provável de trabalho de seus formandos;

4 — percepção de calouros quanto à escolha da unidade universitária em que vão estudar;

5 — cursos raros;

6 — distribuição geográfica de formandos, formados e das ocupações correspondentes a profissionais de nível superior;

7 — percepção e comportamento dos estudantes formandos em relação ao mercado de trabalho, tendo em vista locais prováveis de trabalho e formas de obtenção de emprego;

8 — percepção dos estudantes formados quanto a ramos de atividades e posição na ocupação.

Conclusões

Os resultados principais obtidos referem-se a um modelo de regionalização, calcado na organização de “áreas de influências” ou “áreas de atendimento” de centros universitários. Estas áreas de influência se prestam à definição de unidades geográficas para a realização de análises e de determinados planejamentos a nível local. Como se sabe, o estabelecimento de modelos regionais, representativos da projeção espacial de setores de atividades assume grande importância para o estudo e planejamento destes setores.

Foi possível estabelecer relações entre fluxos de calouros e fluxos prováveis de formandos, com base na análise da percepção dos estudantes e nos dados do Censo Demográfico. Deste modo puderam ser identificadas as cidades como pontos de concentração, etapas de migração, centros satélites, ou centros de regionalização, estas últimas quando distribuem profissionais de nível superior em sua própria região.

Tendo em conta todas estas características, foi criado um segundo modelo de regionalização, onde as unidades do modelo anterior foram agregadas em um número menor de unidades, 59 ao todo. Estes espaços que possuem determinada solidariedade em seus processos de evolução se constituem em subsídio básico para a definição de *distritos geoeducacionais* e podem ser caracterizados segundo 7 padrões:

— padrão metropolitano; — padrão de eixo de industrialização; — padrão de lugares centrais industrializados; — padrão de lugares centrais; — padrão de eixo de transporte; — padrão de cidade-primaz; — padrão de espaço vazio.

Preservação do Meio-ambiente em Decreto Presidencial

O Presidente da República, General Emílio Garrastazu Médici, baixou Decreto em 30 de outubro de 1973, de n.º 73.030, criando no âmbito do Mi-

nistério do Interior a *Secretaria Especial do Meio-ambiente* — SEMA, órgão autônomo de administração direta, orientado para a *conservação do meio ambiente, e o uso racional dos recursos naturais*. O Ministério do Interior atuará em articulação com o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, que examinará principalmente as implicações para a conservação do meio ambiente, da estratégia do desenvolvimento nacional e do progresso tecnológico, este último aspecto em coordenação com o Conselho Nacional de Pesquisas.

Compete ao SEMA:

a) acompanhar as transformações do ambiente através de técnicas de aferição direta e sensoriamento remoto, identificando as ocorrências adversas, e atuando no sentido de sua correção;

b) assessorar órgãos e entidades incumbidas da conservação do meio-ambiente, tendo em vista o uso racional dos recursos naturais;

c) promover a elaboração e o estabelecimento de normas e padrões relativos à preservação do meio-ambiente, em especial dos recursos hídricos, que assegurem o bem-estar das populações e o seu desenvolvimento econômico e social;

d) realizar diretamente ou colaborar com os órgãos especializados no controle e fiscalização das normas e padrões estabelecidos;

e) promover, em todos os níveis, a formação e treinamento de técnicos e especialistas em assuntos relativos à preservação do meio-ambiente;

f) atuar junto aos agentes financeiros para a concessão de financiamento a entidades públicas e privadas com vistas à recuperação de recursos naturais afetados por processos predatórios ou poluidores;

g) cooperar com os órgãos especializados na preservação de espécies em extinção, e na manutenção de estoques de material genético;

h) manter atualizada a Relação de Agentes Poluidores e Substâncias Nocivas, no que se refere aos interesses do País,

i) promover, intensamente, através de programas em escala nacional, o esclarecimento e a educação do povo brasileiro para o uso adequado dos recursos naturais, tendo em vista a conservação do meio-ambiente.

Atualização de Conhecimentos Geográficos para Professores de Estudos Sociais

Em geral, o professor de Estudos Sociais não diplomado em geografia carece de conhecimentos geográficos para o bom desempenho de suas tarefas no magistério.

Procurando colaborar, o Centro de Cooperação Técnica do Departamento de Documentação e Divulgação Geográfica e Cartográfica, do IBGE, promoveu na Guanabara, em novembro, uma série de palestras em que foram apreciados diferentes aspectos da geografia, de interesse daqueles professores.

Curso sobre Geografia Urbana, em Maringá

De 14 a 18 de novembro do corrente, o Departamento de Documentação e Divulgação Geográfica e Cartográfica, do IBGE, promoveu curso sobre geografia urbana na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Cidade de Maringá, Paraná. O Curso atendeu a convite daquele centro de ensino. Participaram os alunos de geografia e ciências sociais da Faculdade e professores de geografia de Maringá e de municípios vizinhos.

As aulas foram ministradas pela geógrafa Maria Francisca Thereza Cardoso, Chefe do Centro de Cooperação Técnica, unidade do DEDIGÊO, que organizou o referido curso por delegação da Diretoria de Formação e Aperfeiçoamento de Pessoal, do IBGE.

Atlas de Relações Internacionais — 2.º Volume

Foi editado, recentemente, o 2.º volume do *Atlas de Relações Internacionais*, caderno especial da autoria dos professores Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro, que acompanha cada exemplar da *Revista Brasileira de Geografia*.

A segunda coletânea do ATLAS reúne os fascículos de n.º 13 a 24.